

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS TECNOLÓGICAS
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO**

TAUANDA SOUSA BRAGA

A DIMENSÃO TERRITORIAL DA CULTURA NA FÉ EM DEUS: o Terreiro de Iemanjá Ylê Ashe Yemowá Abê como centralidade do território e construção de consciência urbana

SÃO LUÍS
2024

TAUANDA SOUSA BRAGA

A DIMENSÃO TERRITORIAL DA CULTURA NA FÉ EM DEUS: o Terreiro de Iemanjá Ylê Ashe Yemowá Abê como centralidade do território e construção de consciência urbana

Trabalho Final de Graduação apresentado ao Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual do Maranhão como requisito para obtenção do grau de bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Orientador: Prof. Dr. Alex Oliveira de Souza

SÃO LUÍS
2024

Braga, Tauanda Sousa.

A dimensão territorial da cultura na fé em deus: o Terreiro de Iemanjá Ylê Ashe Yemowá Abê como centralidade do território e construção de consciência urbana./ Tauanda Sousa Braga – São Luis, 2024.

45 f.: il.

Monografia (Graduação) – Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual do Maranhão, São Luis, 2024.

Orientador: Profa. Dr. Alex Oliveira de Souza

1. “Dimensão Territorial”. 2.Fé em Deus. 3. Terreiro de Iemanjá. I. Título.

CDU: 299.6-912.43(812.1)

TAUANDA SOUSA BRAGA

A DIMENSÃO TERRITORIAL DA CULTURA NA FÉ EM DEUS: o Terreiro de Iemanjá Ylê Ashe Yemowá Abê como centralidade do território e construção de consciência urbana

Trabalho Final de Graduação apresentado ao Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual do Maranhão como requisito para obtenção do grau de bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Alex Oliveira de Souza (Orientador)
DAU/CCT/UEMA

Prof^a. Dr^a. Marluce Wall de C. Venâncio
DAU/CCT/UEMA

Ma. Jessica Mendonça de Carvalho
Arquiteta e Urbanista

Agradecimentos

Ao Terreiro de Iemanjá, o começo e o fim deste trabalho.

À Ariadne, amiga querida, criadora de caminhos e encontros.

Aos Biné Gomes Abinokó, Dona Bidoca e Mãe Dedé, a Trindade deste Terreiro, e às vizinhas Dona Gracinha, Dona Mocinha e Maria de Lourdes; as vozes que estruturam o texto.

Ao Professor Alex Oliveira, pela orientação deste trabalho.

À Professora Marluce Wall, pela paciência de anos e pelo carinho e admiração que lhe tenho.

À Patrícia Adélia, minha amiga querida e fotógrafa deste trabalho.

À Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, por Catherine. À Catherine, pela amizade.

Aos meus pais, pela apaixonada confiança em mim.

À minha irmã, quem esteve a vida inteira comigo e quem sempre estará.

À Luísa, meu amor, todos os dias.

“Tudo é o dia e o chamado!”
Biné Gomes Abinokó

RESUMO

O trabalho monográfico pretende investigar o Terreiro de Iemanjá Ylê Ashe Yemowá Abê, localizado no bairro da Fé em Deus, em São Luís do Maranhão, e sua relação com o território onde está inserido, construindo uma cartografia documental subjetiva do bairro baseada em relatos dos habitantes. Para isso, usa-se o recurso do audiovisual, por meio da metodologia de documentário-dispositivo, como uma forma de deixar falar e visibilizar as pessoas que constituem este território. Através de entrevistas e atividades participativas de cartografia com integrantes do terreiro, habitantes do território e agentes locais, busca-se entender as relações entre o bairro e o terreiro, tendo ele como ponto de partida. O trabalho se estrutura a partir da dimensão territorial da cultura, tomando o Terreiro de Iemanjá como uma centralidade do bairro. Em seguida, a evolução histórica do território que corresponde ao Quilombo Urbano da Liberdade, onde se localiza o bairro da Fé em Deus, contextualiza a pesquisa histórica e simbolicamente, ao inserir a perspectiva local e o lugar do terreiro como resistência, formador de consciência urbana e de espaços urbanos.

Palavras-chave: “Dimensão Territorial da Cultura”. Fé em Deus. Terreiro de Iemanjá.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 METODOLOGIAS	12
2.1 A CARTOGRAFIA	12
2.2 DOCUMENTÁRIO-DISPOSITIVO	14
3 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO TERRITÓRIO	17
3.1 DA CAMBOA DE MATTOS A LIBERDADE	17
3.2 QUILOMBO URBANO	22
4. O TERREIRO DE IEMANJÁ YLÊ ASHE YEMOWÁ ABÊ	24
4.1 A DIMENSÃO TERRITORIAL DA CULTURA A PARTIR DO TERREIRO DE IEMANJÁ	27
4.2 O TERREIRO E A COMUNIDADE	29
4.2.1 AS ENTREVISTAS	30
4.2.2 A CARTOGRAFIA	35
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	43

1 INTRODUÇÃO

Mosaico de Vestígios

A cultura dentro da Fé em Deus é o tempo todo em movimento, quando não é o Boi da Fé em Deus, é o Terreiro de Iemanjá (...)
Todo mundo vem, parece assim, aranha... formiga num formigueiro.

Mãe Dedé de Boço Có, 2024

A frase acima dita pela Yalorisha Mãe Dedé de Boço Có do Terreiro de Iemanjá Ylê Ashe Yemowá Abê coloca a cultura no bairro da Fé em Deus, localizado no Quilombo Urbano da Liberdade, na cidade de São Luís do Maranhão, como sendo a causa maior que movimenta, reúne e atrai pessoas para o bairro, assim como formigas em um formigueiro; e como uma aranha tecendo uma teia as prende e cativa. Em meio a indagações teóricas ou estudos empíricos, Clifford Geertz, em seu livro *“A Interpretação da Cultura”*, se interessa por redefinir o conceito de cultura e o papel que ela desempenha na vida social. Ele defende um conceito essencialmente semiótico, em que assume a cultura como sendo teias, “acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo tecu” (GEERTZ, 2008).

Podemos correlacionar o que diz Mãe Dedé à metáfora feita por Weber, e assumida por Geertz, da cultura sendo essas teias tecidas pelo homem e onde ele se amarra, quando ela coloca em sua analogia dois grandes pontos culturais do bairro da Fé em Deus como ponto central dessa localidade, numa espécie de materialização da cultura e de seu impacto no território.

Para entender a dimensão desse impacto da cultura na produção do espaço urbano em um bairro periférico como a Fé em Deus, é importante considerar as ausências históricas do poder público na periferia e a exclusão da classe trabalhadora do direito à cidade. Segundo Ermínia Maricato, “o conceito de cidade se relaciona ao local de moradia da elite: o todo tomado pela parte, ou seja, os bairros que compõem a imagem hegemônica da cidade”(p.84, 2015). É necessário romper com essa imagem e “construir a consciência da cidade real, com suas deficiências e

injustiças” (MARICATO, 2015). Só assim podemos abrir espaço para a construção de cidades mais democráticas e justas.

As favelas, periferias, a cidade autoconstruída pela massa trabalhadora, não é uma exceção, mas regra dentro da reprodução da força de trabalho formal nos países capitalistas periféricos, onde o direito à cidade e a habitação do pobre não é considerado um problema central do capital, nem do Estado (MARICATO, 2015). Como contraponto a esse processo, é preciso partir de uma concepção de urbanismo que abrange as dinâmicas sociais como força transformadora intrínseca do espaço urbano, compreendendo o poder da cultura como estruturadora de pautas urbanas e de mobilização social pela efetivação de direitos historicamente negados.

Para isso, apresenta-se o conceito da dimensão territorial da cultura proposto por Raquel Rolnik (2016) e desenvolvido por Daniela Sandler (2019), onde cultura e território são inseparáveis: “a cultura deixa de ser um fator externo que pode afetar o urbanismo, e passa a ser uma força integral à formação do espaço urbano” (SANDLER, 2019). Este trabalho é apresentado como um mosaico de vestígios do impacto da cultura no território da Fé em Deus, vestígios da dimensão territorial da cultura a partir do Terreiro de Iemanjá; tendo como objetivo principal investigar o Terreiro como centralidade territorial e sua relação com o seu entorno, buscando entender qual é o caráter dessa centralidade — religiosa, simbólica, cultural, social e política.

A fim de compreender o Terreiro de Iemanjá dentro do território onde está inserido, é fundamental traçar o contexto histórico, social e político no qual o bairro da Fé em Deus se insere, tecendo a trajetória da região do Quilombo Urbano da Liberdade, além da história do próprio Terreiro. O terceiro capítulo deste trabalho monográfico busca tecer essa trajetória, mesclando informações históricas, através das pesquisadoras Ana Valéria Assunção (2017) e Joana Barbosa Vieira Silva (2016), e entrevistas de moradores da Fé em Deus e filhos do Terreiro de Iemanjá Ylê Ashe Yemowá Abê.

No quarto capítulo, adentra-se no Terreiro de Iemanjá, nas especificidades do Tambor de Mina e nas maneiras como ele se comunica com o território a partir de fontes bibliográficas, como o antropólogo Sérgio Ferretti, e dos relatos coletados. As

entrevistas foram realizadas entre os meses de Fevereiro e Março de 2024, com o objetivo de registrar a história do Terreiro de Iemanjá e compreender as formas como ele se relaciona com o território onde está inserido. Para obter uma perspectiva externa, também foram feitas entrevistas com vizinhas do terreiro, moradores do bairro. Elas estão irradiadas ao longo de todo o trabalho, com intenção de que a estrutura e a narrativa fossem construídas junto com os entrevistados — e que eles continuem contando suas histórias. Ao longo das entrevistas foi realizado o mapeamento coletivo do território tendo o Terreiro como centralidade. A cartografia participativa surge como metodologia de discussão e espacialização das relações dos entrevistados com a Fé em Deus.

Outra metodologia aplicada como forma de registrar as relações que se dão no território foi o documentário-dispositivo, conceito trabalhado por Consuelo Lins (2007), que consiste na produção de um documentário a partir de uma questão motivadora, que pode ser um lugar, uma pessoa, um objeto ou uma temática, deixando espaço para a subjetividade e não delimitando um roteiro fechado. O documentário se molda à experiência de documentar e abraça a imprevisibilidade da prática em campo. O Terreiro então se torna o dispositivo para falar sobre o Bairro da Fé em Deus, e as entrevistas com os moradores, o meio pelo qual o dispositivo se efetiva.

No contexto do Terreiro de Iemanjá, o audiovisual sempre foi um recurso utilizado como forma de visibilizar e documentar sua história, suas festas e as particularidades do Tambor de Mina no Maranhão. Isso fazia parte da iniciativa de Jorge Itaci de Oliveira, tanto como forma de lutar pelos direitos dos povos de terreiro, como para que a história não morresse e este trabalho tem como um de seus objetivos deixar o terreiro falar por si e visibilizar as pessoas que o constroem continuamente.

O tambor de mina em São Luís do Maranhão é muito da oralidade, então nós, tudo que aprendemos foi ouvindo, dando atenção e na vivência e convivência no terreiro. Tanto que esse aprendizado que eu tive, que minhas irmãs e meus irmãos tiveram, foi sempre acompanhar o pai de santo, acompanhar o que ele cantava, o que ele fazia. E dentro dessa oralidade, que o tambor de mina não só no Terreiro de Iemanjá mas em

outras casas que a gente conheceu, ficou muito pouco registro. (BINÉ GOMES ABINOKÓ, 2024).

A cultura de terreiro é uma cultura *Arkhé*, palavra que vem do grego e significa Princípio, mas não com sentido de princípio histórico, mas como um “eterno impulso inaugural da força da continuidade do grupo” (SODRÉ, 2002). *Arkhé* é Origem e também Destino. As culturas de *Arkhé* têm como características a oralidade e corporeidade, e como forma de contemplá-las, as entrevistas foram feitas com o método de documentário dispositivo.

Na visão de Benjamin, a experiência se define por um trabalho demorado de incorporação à memória das reminiscências e sensações de toda uma base tradicional. (...) Experiência, por sua vez, não é nada que requeira determinação ou causalidade para a sua comunicação e sim narratividade. (...) Não se trata da surpresa, nem do extraordinário, mas daquilo que, em toda ação cotidiana, revela-se como constituinte ou originário. É, portanto, algo grupal ou coletivo, decorrente da imanência originária do grupo (o todo) ao indivíduo, e vice-versa. **Numa cultura de Arkhé, nada realmente se determina, mas tudo se narra ou se conta.**(SODRÉ, 2017, p. 270, grifo da autora).

Por fim, tem-se como produtos esperados da pesquisa a construção de uma cartografia participativa da Fé em Deus, com o Terreiro de Iemanjá como elemento central, e de um documentário curta-metragem reunindo as entrevistas com os moradores e integrantes do Terreiro.

2 METODOLOGIAS

A pesquisa se inicia com a apreensão da história do bairro da Fé em Deus e da região onde está inserido, construindo uma contextualização sobre a formação do Quilombo Urbano da Liberdade. Busca-se também os registros históricos sobre o Terreiro de Iemanjá, documentários, notícias e trabalhos acadêmicos, além do material produzido pelo próprio Terreiro sobre sua trajetória. Para compreender o contexto sociocultural no qual o Terreiro de Iemanjá se insere, é necessário entender como o tambor de mina se estrutura, e para além dele, a cultura de terreiro e como ela se reproduz para além da esfera religiosa.

Se tratando desse território específico, é importante que o trabalho possa reproduzir e dialogar com a construção de identidade, com a luta por visibilidade e mobilização por direitos da comunidade do Quilombo Urbano da Liberdade. Segundo Assunção,

falar sobre o “quilombo urbano” consiste em discorrer sobre a história, a religiosidade, a cultura dessa comunidade, suas crenças, saberes, trajetórias e, especialmente, sua vivência frente à negação de direitos que os mobiliza para lutas renovadas por direitos étnicos e territoriais.(ASSUNÇÃO, 2017, p. 43)

Pensando em incluir os moradores do território e os filhos do Terreiro de Iemanjá na construção desse estudo, para de fato documentar as relações que se dão entre o bairro da Fé em Deus e o Terreiro e levar em conta as narrativas específicas e subjetivas que constroem essas relações, aplicar metodologias participativas se mostrou fundamental. Num esforço de espacializar e representar tais relações, a cartografia surge como uma metodologia fundamental. Porém, é necessário problematizar a maneira como a cartografia é utilizada ao longo da história, quem a produz, quais relações de poder estão postas na sua composição e com qual objetivo ela é criada, para então abrir espaço para a ressignificação desse recurso de maneira insurgente.

2.1 A CARTOGRAFIA

Segundo Wellington Cançado e Renata Moreira Marquez, organizadores do *Atlas Ambulante* (2011), o mapa é, antes de tudo, uma ferramenta de colonização e domínio. “A história da cartografia traz imagens do mundo feitas a partir de um lugar que dominava os outros lugares, de um ponto de vista colonizador que propagava a

diferença entre Velho e Novo Mundo desde o século XVI.” A cartografia tem como objetivo nesse momento histórico apreender territórios a serem conquistados a partir do ponto de vista do colonizador e atuando para seus fins, muitas vezes invisibilizando aspectos do território que não eram considerados importantes dentro do escopo de seus interesses, ou seja, apagando as marcas dos povos oprimidos no processo de dominação.

A tradição histórica de excluir algo ou alguém do mapa produziu uma espécie de apagamento, de negação e de incapacidade para o diálogo entre partes do mundo. Do mesmo modo, a operação oposta de incluir algo ou alguém no mapa, de finalmente desenhar mapas inéditos ou de criar condições para que aqueles que não aparecem nos mapas criem os seus próprios mapas constitui uma reescritura e um redesenho do mundo, um passo para uma geografia de coexistências, de diversidade e compartilhamento. (CANÇADO, MARQUEZ, 2011, p.09)

A cartografia, seus processos de produção de informações espaciais e seu produto final - o mapa - mais do que uma forma de representar o espaço, pode então ser caracterizada como uma ferramenta de poder (ACSELRAD; VIÉGAS, 2013). Essa ferramenta, através de práticas insurgentes, pode ser reapropriada por grupos sociais que por muito tempo não fizeram parte da discussão sobre seus próprios territórios, para transformá-la em um elemento de mobilização política e luta por direitos.

Segundo Acselrad e Viégas (2013), “O campo da cartografia social evidencia a existência de disputas epistemológicas por meio das quais os grupos sociais reivindicam formas próprias de conceber o território e suas representações”, possibilitando assim a produção de mapas que vão além das representações convencionais sobre um território e incluindo as perspectivas dos seus moradores, retificando processos de invisibilização de comunidades marginalizadas. Mas para isso, é necessário refletir sobre outros recursos e ferramentas que cumpram o papel de complementar a representação e problematização sobre o território (social, subjetivo e geográfico).

Concebemos o ‘mapeamento’ como uma prática, uma ação de reflexão em que o mapa é apenas uma das ferramentas que facilita a abordagem e a problematização dos territórios sociais, subjetivos e geográficos. A isto

somamos outra série de recursos que apelidamos de ‘dispositivos múltiplos’ e que consistem em criações e suportes gráficos e visuais que, misturados com dinâmicas lúdicas, se articulam para promover espaços de socialização e debate, que também são gatilhos e desafios em constante movimento, mudança e apropriação. Procuramos assim abrir um espaço de discussão e criação que não se feche em si mesmo, mas que se posicione como um ponto de partida disponível para ser assumido por outros, um dispositivo adequado que construa conhecimento, promovendo a organização e o desenvolvimento de alternativas emancipatórias.¹ (RISLER; ARES, 2013, pág. 7)

Assim, é necessário utilizar dispositivos que possibilitem aprofundar a representação e compreensão do território, possibilitando o registro de saberes e fazeres que extrapolam a representação estática. Nesta pesquisa, a cartografia é um ponto de partida, que situa os agentes produtores de território e de cidade e suas relações no bairro e arredores. Ela será aplicada a partir da realização de uma oficina, reunindo todos os entrevistados no Terreiro de Iemanjá, com o objetivo de delimitar no mapa os limites do bairro, principais acessos ao Terreiro de Iemanjá, agentes culturais que exercem alguma forma de mobilização social no território, praças e espaços públicos utilizados pelos moradores, a residência dos entrevistados e os principais locais fora da Fé em Deus que tinham alguma relação direta com o bairro. Como base, se utiliza um mapa do Google Maps, que pode ser mais facilmente apreendido por pessoas que não tem proximidade com desenhos e cartografias técnicas.

2.2 DOCUMENTÁRIO-DISPOSITIVO

Para além do mapeamento, utilizamos outra forma de registro que acolhe a oralidade, o movimento e a troca de saberes através da experiência e da relação entre pessoas, intrínsecas à cultura dos povos de terreiro. O audiovisual como forma de registrar o processo não contempla apenas o discurso, mas as sutilezas de cada indivíduo — o corpo, os gestos, movimentos, rostos e vozes. Visibiliza os sujeitos

¹ “Concebimos al ‘mapeo’ como una práctica, una acción de reflexión en la cual el mapa es sólo una de las herramientas que facilita el abordaje y la problematización de territorios sociales, subjetivos, geográficos. A esto le sumamos otra serie de recursos que hemos apodado ‘dispositivos múltiples’ y que consisten en creaciones y soportes gráficos y visuales que, mixturizados con dinámicas lúdicas, se articulan para impulsar espacios de socialización y debate, que son también disparadores y desafíos en constante movimiento, cambio y apropiación. Así buscamos abrir un espacio de discusión y creación que no se cierre sobre sí mismo, sino que se posicione como un punto de partida disponible para ser retomado por otros y otras, un dispositivo apropiado que construya conocimiento, potenciando la organización y elaboración de alternativas emancipatorias.” (texto original)

dessa narrativa, e os contempla como parte fundamental da compreensão e construção do território.

No contexto do Terreiro de Iemanjá, o audiovisual sempre foi um recurso utilizado como forma de visibilizar e documentar sua história, suas festas e as particularidades do Tambor de Mina no Maranhão. Isso fazia parte da iniciativa de Jorge Itaci de Oliveira, Pai de Santo que fundou a casa, de luta contra a intolerância religiosa, levando o Terreiro de Iemanjá para a comunidade, para a mídia, para as Universidades, como forma de lutar pelos direitos dos povos de terreiro. Biné Gomes Abinokó fala em sua entrevista sobre essa trajetória de luta e sobre os registros deixados pelo pai de santo.

Pai Jorge, Jorge Itaci de Oliveira, mais conhecido carinhosamente como Jorge Babalaô, que foi sempre um pai de santo muito a frente do seu tempo, naquela época, foi o primeiro pai de santo que começou a lutar contra a intolerância religiosa, contra o racismo religioso, lá pelo início dos anos 60. Então foi o primeiro pai de santo a sair do espaço sagrado para o público pra falar e mostrar o tambor de mina e lutar por esse espaço, que nós sempre fomos muito atacados, e como religião de matriz africana, muito satanizados. E nós tivemos aquele momento que os historiadores e técnicos conhecem, da perseguição policial que nós tivemos lá nos anos 50 até 70, então foi uma luta muito grande. Meu pai fez parte dessa luta, dessa construção de buscar nesses espaços o direito do povo de terreiro, e nessa luta ele deixa 3 trabalhos; O livro, *'Orixás e voduns'*, ele fala do tambor de mina, falando do Terreiro de Iemanjá Ylê Ashe Yemowá, o cd *'Imbarabô do Maranhão'* e um dvd que é o tambor de mina de todos os tambores, do calendário que nós temos no Terreiro de Iemanjá, o *'Imbarabô, a mina do maranhão'*. (BINÉ GOMES ABINOKÓ, 2024).

O documentário, um dos recursos utilizados por Jorge Itaci de Oliveira em sua busca por visibilidade para Tambor de Mina no Maranhão e luta por direitos das comunidades negras e povos de terreiro, foi uma das metodologias aplicadas pela pesquisa na busca por representar as relações e trocas entre o bairro da Fé em Deus e o Terreiro de Iemanjá.

A ideia de documentário aqui empregada vem da interpretação de Consuelo Lins (2007) ao analisar o cinema documental brasileiro contemporâneo, apresentando o uso da noção de dispositivo nos documentários como uma forma de acolher a subjetividade e a imprevisibilidade na criação, seguindo uma construção única e

própria de cada processo de filmagem sem roteiro fechado e assinalando ao espectador as circunstâncias na qual essa construção se dá.

Trata-se de um uso da noção de dispositivo que tem no crítico e cineasta Jean-Louis Comolli seu defensor mais inspirado. Para ele, diante da “crescente roteirização das relações sociais e intersubjetivas”, dos “roteiros que se instalam em todo lugar para agir (e pensar) em nosso lugar”, parte da produção documental tem a possibilidade de se ocupar do que resta, do que sobra, do que não interessa às versões fechadas do mundo que a mídia nos oferece. Ao contrário dos roteiros que temem o que neles provoca fissuras e afastam o que é acidental e aleatório, os dispositivos documentais extraem da precariedade, da incerteza e do risco de não se realizar sua vitalidade e condição de invenção.(LINS, 2007, p.46).

Como exemplo, temos a obra do documentarista Eduardo Coutinho, onde o dispositivo é, segundo a autora, “antes de qualquer coisa, relacional, uma máquina que provoca e permite filmar encontros. Relações que acontecem dentro de linhas espaciais, temporais, tecnológicas, acionadas por ele cada vez que se aproxima de um universo social.” (LINS,2007). No filme *O Fim e o Princípio* (2006), por exemplo, o dispositivo é a representação de um lugar por meio de depoimentos dos seus moradores, sem haver um local definido antes da filmagem. A história de cada personagem apresentado é a forma como o documentarista narra e apreende o lugar, as formas de se viver nele e as relações sócio-espaciais ali compreendidas. Para Coutinho, a estética e a forma são secundárias, e a temática, ou ideia principal, só se torna relevante se estiver conectada a um dispositivo que determina a captação do material (LINS, 2007).

Assim, como forma de aplicação da metodologia descrita, as entrevistas realizadas serão filmadas em sua integridade, assim como os trajetos entre as casas, pontos principais do bairro e os caminhos percorridos. Para isso usa-se uma câmera filmadora e celulares como complemento. As filmagens, feitas pela fotógrafa convidada Patrícia Adélia e por mim, serão posteriormente editadas e transformadas em um curta-metragem documental. Por fim, é feito o processo de transcrição das entrevistas para fins de comparação e busca por pontos comuns ou divergentes, traçando as narrativas sobre o território e materializando no mapa as contribuições dos participantes.

3 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO TERRITÓRIO

3.1 DA CAMBOA DE MATTOS A LIBERDADE

A origem da região onde hoje se localiza o bairro da Fé em Deus remete ao território chamado, nos meados do século XIX, de Camboa, Gamboa, palavra que significa “pequeno lago artificial, à beira-mar, para onde entra o peixe miúdo, na maré alta, e onde fica retido na maré baixa”, possivelmente conectada a práticas de pesca praticada na região, ou a construções litorâneas de curral de pedras que permeavam o mar. Essa região era onde se demarcava um dos limites da cidade de São Luís: “pelo Norte o Rio Anil até o igarapé que separa o terreno da Gamboa do mangal que se acha ao lado”, segundo decreto 7536 (§ 2 do art.6) de 15 de novembro de 1879. Toda a área da Camboa um dia fez parte do sítio Itamacacá, propriedade de Ana Joaquina Jansen Pereira, uma “quinta” onde existia um engenho de arroz (SILVA,2017). Um dos primeiros registros cartográficos da região é na Planta da Cidade de São Luís de 1858, reproduzida abaixo.

Fig. 1 - recorte da Planta da Cidade de São Luiz do Maranhão levantada em 1858



Fonte: Biblioteca Nacional

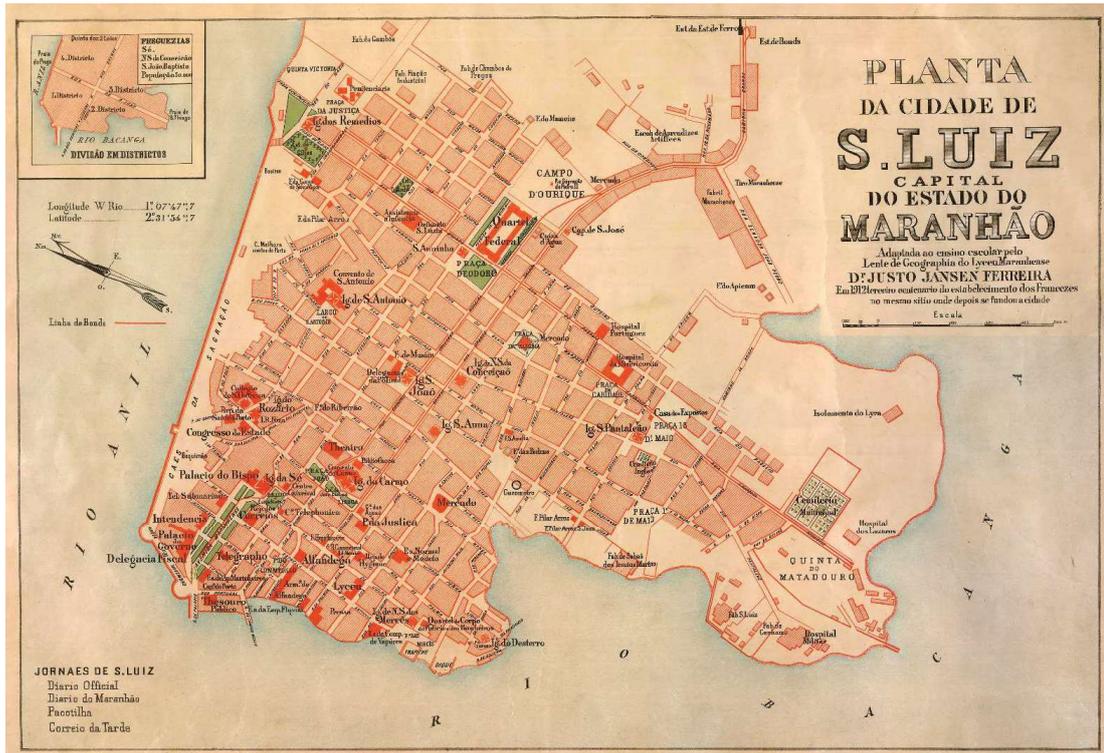
O evento que marca o início do aumento populacional na região é a implantação de uma fábrica de fiação e tecelagem, inaugurada em 1890, em funcionamento até 1959, uma de 8 fábricas implementadas na cidade na mesma época. É importante frisar que o fluxo de novos moradores não é acompanhado por planejamento adequado para solucionar a questão habitacional dos trabalhadores. Segundo Silva (2017), as casas operárias construídas eram apenas para trabalhadores qualificados. Os operários muitas vezes construíam suas próprias habitações, de forma precária, nas proximidades da fábrica.

Entre 1890 e 1895, nessa cidade de vinte mil habitantes, inauguram-se nada menos que oito fábricas de fiação e tecelagem. Seus operários sinalizam a constituição de um novo grupo social, cuja habitação será, nos discursos, símbolo da insalubridade e da ilegalidade, ou seja, o negativo do que o urbano se propunha ser. Tal reconstituição serve para mostrar que a favela (palavra que ainda nem existia, mas estava pre-vista nas palhoças e nos cortiços) não foi uma oposição nem um desvio; foi um fenômeno intrínseco e organicamente interligado à totalidade urbana, talvez o fruto mais evidente dessa nova ordem.(SILVA, 2017,p. 17).

Em 1918 é construído o Matadouro Modelo, citado como uma referência de início da formação do bairro da Liberdade (ASSUNÇÃO, 2017, p. 27). A escolha do local se deu pela proximidade da estrada de ferro e do porto no rio Anil, assim como aconteceu com a Fábrica de Fiação (SILVA, 2016, p.50). O Matadouro, que por muito tempo deu nome ao bairro, foi a motivação para a fixação de muitos habitantes na região, que iniciou-se com os próprios construtores da edificação, segundo Silva (2016). Ele funcionou até a década de 1980, fechado por questões de insalubridade. Hoje, a edificação onde antes funcionava o Matadouro, localizada na rua de São Pantaleão, abriga a Unidade de Educação Básica Mário Andreazza.

São poucos os registros cartográficos que representam o território no início do século XX. Segundo Silva (2016), “Existem plantas e mapas oficiais que acabam por ser mais reveladores por aquilo que ocultam e não registram do que pelas informações apresentadas”. Na planta da cidade de São Luís de Justo Jansen Ferreira, de 1912, está representada a Fábrica da Camboa, mas não há vestígios do bairro operário já existente.

Fig. 2 - Planta da Cidade de S. Luiz : capital do estado do Maranhão - Ferreira, Justo Jansen 1912



Fonte: Biblioteca digital Luso-Brasileira

Na planta de 1926, nem mesmo a fábrica é representada, e o Matadouro Modelo, já em atividade desde 1918, tampouco é representado, mostrando o que se considerava a cidade formal, e quais partes dela não eram visibilizadas.

Fig. 3 - Planta da Cidade de S. Luiz : capital do estado do Maranhão - Moura, José Abranches, 1926



Fonte: Moura, 1926.

A partir da década de 1960, com o aumento populacional, se inicia na região o processo de ocupação das margens do Rio Anil por palafitas. A dissertação de mestrado de Joana Silva (2016) documenta o processo de expansão das palafitas na região e a realização de aterros pelos próprios moradores a partir da década de 1970. Os caminhos entre as habitações, antes feitos de madeira, passam a ser aterrados, mantendo os fundos das casas sobre estacas para facilitar o acesso dos barcos de pesca.

Tanto Silva (2016) quanto Assunção (2017) citam a considerável presença nos bairros da Liberdade, Fé em Deus e Camboa de moradores vindos da Baixada Maranhense, principalmente da cidade de Alcântara. Um dos fatores que contribuiu para essa migração foi a implantação do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), iniciada em 1980, desapropriando cerca de 52 mil hectares e realocando 312 famílias, num processo marcado por violações dos direitos das comunidades quilombolas e desarticulação do seu modo de vida. Com o rápido crescimento populacional, somado à ausência de iniciativas do poder público, a situação de precariedade urbana e habitacional se agrava. O bairro cresce através da autoconstrução da cidade e das habitações pelas mãos de seus moradores.

Ao longo dos anos, obras de infraestrutura urbana promovidas pelo poder público impactam a região, direta ou indiretamente, modificando a relação do bairro com a cidade e também sua estruturação interna. Na década de 1970, foi realizada a primeira grande obra com impacto direto no território, a construção do Anel Viário, com o objetivo de contornar o centro histórico e redirecionar fluxos para melhor preservá-lo. A obra se sobrepôs a estrada de ferro na região da Liberdade, que foi desativada, trazendo uma maior conexão do bairro com o resto da cidade (SILVA,2016).

Nos anos de 1980, o primeiro projeto de habitação popular foi implementado, o PROMORAR, financiado pelo BNH. Segundo o site do arquiteto responsável pelo projeto, Jorge Wilhelm², “O projeto Promorar visava em sua essência eliminar as condições insalubres em que viviam cerca de 100.000 pessoas em São Luís, integrando esta população na comunidade”. O que se efetivou por fim, foi a construção de cerca de 65 casas e 15 lotes urbanizados. O processo foi feito com

² <http://www.jorgewilhelm.com.br/legado/Projeto/visualizar/1851>

grande resistência da comunidade pela truculência do processo e sem participação popular, com uma grande mobilização política local através do Movimento em Defesa dos Favelados e Palafitados, da União de Moradores da Liberdade pelo atendimento das suas necessidades e direitos e de reivindicações dos moradores da Fé em Deus pela intervenção do poder público na melhoria habitacional e erradicação das palafitas, que posteriormente levou ao PAC Rio Anil (SILVA, 2016).

Fig. 4 e 5 - Fotografia e Desenho do Projeto PROMORAR São Luís



Fonte: Jorge Wilhelm

Segundo Erminia Maricato, o Programa de Aceleração de Crescimento - PAC, destinado a infraestrutura econômica e social nas cidade, “federalizou o Programa de Urbanização de Favelas: finalmente o governo federal do Brasil reconhecia a cidade ilegal e o passivo urbano, buscando requalificar e regularizar áreas ocupadas ilegalmente” (2015, p.37). No PAC Rio Anil, era prevista a regularização fundiária, urbanização, construção de equipamentos urbanos e habitações, além da avenida beira-rio. A primeira reunião com os moradores da Fé em Deus sobre o PAC ocorreu no Terreiro de Iemanjá, articulada por Dona Bidoca, moradora e agente social da Fé em Deus, viúva de Jorge Itaci de Oliveira, fundador do Terreiro de Iemanjá.

O que por fim foi concretizado foram 3 conjuntos habitacionais, somando 832 apartamentos, sem projeto de urbanização adequado das áreas circunvizinhas. Muitos dos equipamentos urbanos requisitados pela comunidade, não foram contemplados pelo projeto, como um centro cultural e um posto policial. Uma creche foi implantada anos depois, a partir de uma solicitação de Dona Bidoca, reconhecendo a necessidade das mães do bairro. Segundo Dona Bidoca,

Esse PAC, a primeira reunião foi aqui em casa. Eu comecei a trabalhar junto com eles. Essas casas, que é das palafitas, que eles fizeram os apartamentos e tiraram as pessoas das palafitas, eu trabalhei o tempo todo com eles. A gente ia de casa em casa trabalhando pra ver quantas famílias moravam numa casa, pra saber a situação daquelas pessoas. foi um grupo daqui da casa, eu convidei muita gente pra participar.

Para Biné Abinokó, uma das pessoas responsáveis pelo Terreiro de Iemanjá e morador da região, “o PAC foi um projeto que ficou no meio do caminho”. As demandas sociais foram sobrepostas pelo discurso da mobilidade urbana, findando na construção da Avenida Quarto Centenário, finalizada em 2014, como uma forma de desafogar o trânsito e impedir a ocupação do mangue, criando uma barreira entre o bairro e as margens do rio.

3.2 QUILOMBO URBANO

A região que hoje é denominada como Quilombo Urbano da Liberdade é uma das mais antigas comunidades de São Luís, representando a maior concentração de população negra da capital. Sua composição original a partir da ocupação por escravizados alforriados que organicamente se assentaram na região dos limiares da cidade, trabalhando com a pesca artesanal e o extrativismo de subsistência, e também na construção e operação da Fábrica de Fiação e Tecelagem e do Matadouro (SANTOS; RABELO; MARTINS, 2022),

Nos anos 1960 e 1970, cresce a população com a migração proveniente da Baixada Maranhense de comunidades quilombolas desapropriadas de suas terras. Segundo Joana Silva, “esses novos moradores da cidade trouxeram o dinamismo de suas práticas culturais e religiosas e começou a reconhecer-se no território uma identidade cultural própria, com fortes vínculos à cultura negra afro-brasileira” (2016, p.78). Assim, a relação com a organização social a partir do aquilombamento se fortalece e cria raízes no território, associando a organização social e cultural quilombola à já antiga ocupação negra da região. Aqui, recorreremos ao conceito de quilombo de Abdias do Nascimento (1980): “Quilombo não significa escravo fugido. Quilombo quer dizer reunião fraterna e livre, solidariedade, convivência, comunhão existencial”.

A pesquisadora Ana Valéria Assunção, em sua Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia do Centro de Ciências Sociais e Aplicadas da Universidade Estadual do Maranhão, intitulada ""QUILOMBO URBANO", LIBERDADE, CAMBOA E FÉ EM DEUS: Identidade, Festas, Mobilização política e visibilidade na cidade de São Luís, Maranhão", discorre sobre o "Quilombo Urbano" como estratégia de reivindicação de direitos, sobre como a cultura, a religiosidade, os saberes e a ancestralidade da comunidade estão intrinsecamente conectadas ao enfrentamento e luta por direitos étnicos e territoriais (ASSUNÇÃO, 2017).

Os terreiros, as associações de moradores, os grupos organizados em termos gerais, que se encontram nos bairros da Liberdade, Camboa e Fé em Deus constroem uma unidade social para garantir acesso a direitos e políticas culturais. Esses equipamentos são concebidos como territórios simbólicos que reivindicam a diminuição da vulnerabilidade social dos seus moradores. (ASSUNÇÃO, 2017, p.44)

Em 2018, a região que engloba os bairros Liberdade, Camboa, Fé em Deus e Diamante foi reconhecida pelo poder público como território quilombola através de um decreto municipal, e em 2019, pela Fundação Palmares, em 13 de novembro, foi registrada sua certificação federal como quilombo urbano. Esta conquista está conectada a uma extensa trajetória de luta por direitos da comunidade.

4. O TERREIRO DE IEMANJÁ YLÊ ASHE YEMOWÁ ABÊ

O Terreiro de Iemanjá Ylê Ashe Yemowá Abê foi fundado em 1954 no bairro do Calhau por Jorge Itaci de Oliveira, babalorixá nascido dia 28 de agosto de 1941 que desde cedo apresentou revelações mediúnicas e ainda muito jovem foi preparado por Maria Pia, mãe do santo do Terreiro do Egito, tradição da Casa de Nagô, localizado na comunidade do Cajueiro, e segunda mais antiga casa de culto de origem africana fundada em São Luís (BINÉ GOMES ABINOKÓ, 2012):

Pai Jorge e o Terreiro de Iemanjá são descendentes do Terreiro do Egito, um terreiro que hoje é dentro da comunidade do Cajueiro. O terreiro do Egito foi fundado em 1864 e quem foi minha avó e mãe de santo de pai Jorge foi mãe Maria Pia de Toia Verequete. O terreiro do Egito foi o primeiro terreiro do tambor de mina do Maranhão que fez os remédios pra homem dançar e abrir suas casas no Maranhão. Mãe Maria Pia que fez não só Pai Jorge, mas Tio Euclides, Tio Manuel do Pão de Açúcar, tio Manoel Mamede Guimarães, também fez grandes mulheres como Mãe Margarida e outras. (BINÉ GOMES ABINOKÓ, 2024)

Com a morte do Pai, que era contrário à iniciação do Jorge, o Terreiro se muda em 1958 , para a casa onde morava sua mãe na Fé em Deus, Paula de Jesus Saraiva de Oliveira. Lá “continuou sua missão, sob a orientação de Mãe Dudu, da Casa de Nagô, e de Mãe Amélia de Doçu, da Casa das Minas” (BINÉ ABINOKÓ, 2012).

Fig. 6 e 7- Detalhes da Fachada do Terreiro de Iemanjá na Fé em Deus



foto: Patrícia Adélia, 2024



foto: Patrícia Adélia, 2024

Fig. 8 - Fachada do Terreiro de Iemanjá na Fé em Deus



foto: Patrícia Adélia, 2024

O Terreiro de Iemanjá é comandado por Xangô, Iemanjá e pelo encantado gentil Dom Luís, rei de França. No Terreiro são praticados ritos de Mina trazidos para o Maranhão pelas nações africanas Nagô, Jeje e Cambinda (BINÉ GOMES ABINOKÓ, 2012). O Tambor de Mina é uma religião de matriz africana de culto à voduns e orixás (entidades africanas), gentis ou nobres (com nomes de nobres portugueses) e caboclos (entidades surgidas nos terreiros brasileiros), realizado com danças e cânticos acompanhados principalmente por dois tambores horizontais sobre cavaletes, chamados de abatas, cabaças e o agogô (FERRETTI, 2006). Segundo o antropólogo Sérgio Ferretti,

[...] O culto dos voduns foi trazido para o Brasil e para as Américas com escravos procedentes do antigo Reino do Daomé. Por essa razão, além do Daomé, o Haiti e o Maranhão, tornaram-se “terras” dos voduns de onde a religião se expandiu para outras regiões. O antigo Reino do Daomé na África Ocidental, conhecido de aproximadamente 1600 a 1900, sediado na região pertencente ao Benin, falante da língua Ewe-Fon, conhecida no Brasil como jeje, foi o berço desta religião.(FERRETTI, 2006, p.01)

São 3 festas principais que estruturam o calendário do Terreiro de Iemanjá: a festa de São Jorge, onde é realizada uma procissão e festejo no dia 23 de abril; a festa dedicada a São Luís Rei de França, do Divino Espírito Santo, no mês de agosto; e a festa de Iemanjá, realizada dia 8 de dezembro. Em todos esses momentos, a relação com a comunidade é harmônica, na busca pelo equilíbrio entre as

necessidades do Terreiro e os limites da comunidade. Segundo Mãe Dedé, “Eles (a comunidade) têm os limites deles, nós temos os nossos limites”.

Em muitos momentos da história do Terreiro, a comunhão com a comunidade se mostra uma força que o mobiliza e o mantém, como na mobilização para reconstrução do Terreiro após um incêndio acidental que ocorreu em 2019, quando em questão de dias o barracão foi refeito e a festa de Iemanjá pode acontecer. Neste momento, não só a comunidade do bairro se mobilizou, mas toda a comunidade dos povos de terreiro, com doações de imagens e mutirão para reconstrução do espaço físico.

O público do Terreiro de Iemanjá, em seu início, era principalmente composto pela comunidade próxima. Segundo Biné Abinokó, vinham da Liberdade, Fé em Deus, Areal e Monte Castelo. Ao longo dos anos, a comunidade cresceu organicamente, e assim cresce o público do Terreiro, que tem como princípio acolher todos os que batem à sua porta.

Pai Jorge contava e falava, quando ele iniciou, sempre fazendo remédios e benzimento, trabalhos, sessões de caridade, a comunidade sempre vinha, de dentro da comunidade - essa comunidade grande que é Liberdade, Fé em Deus, Areal, Monte Castelo - então geralmente as pessoas próximas vinham, ficavam aqui. A comunidade foi crescendo então pai Jorge sempre foi esse homem acolhedor, ele sempre trabalhou com o social, teve uma escola comunitária. Pai e mãe de santo tem essa relação de ouvir, de ser aquele acolhedor psicólogo, psiquiatra, médico, amigo. Muitas vezes a pessoa quer ser ouvida e ouvir uma palavra. (BINÉ GOMES ABINOKÓ, 2024).

Hoje, com a divulgação pelas mídias sociais e pela internet, o terreiro possui um público muito maior, com filhos e filhas em toda a cidade de São Luís e fora dela, no Pará, Amazonas, Piauí, Rio de Janeiro e até fora do Brasil.

Para além da dimensão religiosa, o Terreiro de Iemanjá, desde sua fundação, tem como princípio a realização de trabalhos sociais e o diálogo com a comunidade, tanto da Fé em Deus quanto da comunidade externa. Essa iniciativa vem a partir de Jorge Itaci de Oliveira e se estende até hoje, com Mãe Dedé de Boço Có expandindo cada vez mais os trabalhos beneficentes. No âmbito dos projetos sociais, o terreiro funcionou como ponto de cultura, chamado “Tambores do Maranhão”. Biné fala

sobre as ações realizadas: “Trabalhamos com oficinas e cursos, potencializando tudo que a gente faz dentro do terreiro, mas também buscando a comunidade da Fé em Deus e toda a comunidade afro”.

4.1 A DIMENSÃO TERRITORIAL DA CULTURA A PARTIR DO TERREIRO DE IEMANJÁ

A dimensão territorial da cultura é um conceito proposto por Raquel Rolnik (2016) em um texto de seu blog sobre o reconhecimento dessa dimensão pela então recém lançada Lei de Fomento à Periferia de São Paulo e desenvolvido por Daniela Sandler (2019) ao expandir sua pesquisa sobre urbanismos de base na cidade de São Paulo, onde verifica, a partir de dados empíricos, “o poder da cultura como formadora de espaços e consciências urbanas”. Apesar da associação entre cultura e território não ser inovadora, o que Sandler elucida é que o conceito de dimensão territorial da cultura vai além da influência que um pode ter sobre o outro, como “entidades separadas” que dialogam, e assim explica que:

Trata-se de uma dimensão (temporal, espacial, conceitual) onde a cultura adquire propriedades espaciais e vice-versa. A cultura deixa de ser um fator externo que pode afetar o urbanismo, e passa a ser uma força integral à formação do espaço urbano. A cultura torna-se constitutiva do, e constituída pelo, território; os dois são, portanto, inseparáveis.(SANDLER, 2019, p.97)

Para entender a dimensão territorial da cultura é preciso partir de uma concepção de urbanismo que abrange as dinâmicas sociais como transformadora intrínseca do espaço urbano. A dimensão sócio-cultural do espaço, em si, não é algo novo, mas o que Sandler (2019) propõe é que essa dimensão territorial da cultura seja considerada urbanismo. Em seu artigo intitulado “A cultura como urbanismo, ou a dimensão territorial da cultura”, Daniela Sandler propõe uma ampliação das premissas epistemológicas do urbanismo.

O termo urbanismo (...) refere-se reflexivamente tanto à descrição empírica quanto ao estudo das condições e características da urbanização, bem como à capacidade disciplinar e profissional de intervir nessas condições (WALDHEIM, 2016, p. 02).³

³ “The term urbanism in this context refers reflexively to both the empirical description and study of the conditions and characteristics of urbanization, as well as to the disciplinary and professional capacity for intervention within those conditions.” (texto original)

A definição de urbanismo feita por Charles Waldheim (2016) é escolhida por Daniela Sandler como uma maneira efetiva de mostrar que o urbanismo se faz tanto a partir do estudo das condições urbanas quanto como prática, ações e intervenções que transformam essas condições urbanas. Incluindo assim as relações humanas e suas “ações, valores, hábitos e imaginários sociais; representações, significados e suposições culturais que influenciam a maneira pela qual as pessoas ocupam e navegam pelas cidades”(2019, p. 108).

Pela visão de Sandler, o urbanismo de base é conceituado como um conjunto de ações que modificam o espaço urbano a partir da mobilização social de uma comunidade atrelada a um território específico, mesmo que sem a intenção de modificá-lo, mas com o objetivo de mobilizar grupos da comunidade, resolver questões sociais latentes que a afetam e suprir ausências do poder público, direta ou indiretamente. Muitas vezes, é a partir de ações culturais que o urbanismo de base se efetiva, como é o caso do Terreiro de Iemanjá, no bairro da Fé em Deus, em São Luís do Maranhão.

A praça Viva Fé em Deus, localizada em frente ao terreiro entre a Travessa Fé em Deus e a Avenida Governador Luís Rocha, ganha vida e movimento nos dias de festa no terreiro, atuando como uma extensão do seu espaço. O Terreiro é um caso onde um espaço fechado se torna um local de encontros públicos. Seria o terreiro extensão da praça ou a praça extensão do terreiro?

Se ruas e praças estão vazias e subutilizadas (por qualquer que seja o motivo), não configuram espaços públicos plenos. Podem ser acessíveis publicamente, mas não sustentam uma esfera pública. Ao mesmo tempo, espaços fechados (pertencentes ao governo, ou a ONGs, ou mesmo a instituições ou indivíduos privados) podem se tornar locais de encontros públicos, debates e ações; podem fomentar reflexões, novos significados e ideias, a união de forças convergentes ou o debate entre opiniões divergentes.(SANDLER, 2019, p.110)

A resposta dessa pergunta está na história da construção da praça, que se relaciona diretamente com o Terreiro de Iemanjá, especificamente com Jorge Itaci de Oliveira. Segundo Mãe Dedé, foi através de uma solicitação de Jorge que a praça foi construída. Esse exemplo mostra o papel direto do Terreiro de Iemanjá na construção de espaços públicos voltados para a comunidade da Fé em Deus.

Foi uma quadra antes de ser o VIVA, quando ela (Roseana Sarney) restaurou ficou VIVA Fé em Deus. Ela queria colocar um busto dele, ele nunca quis. A praça é da comunidade, não era dele. Ele quis dizer com isso: Nada é meu, e sim de todos que me cercam. Era um homem justo. Era de Xangô, gente, toda pessoa de Xangô gosta de justiça. (MÃE DEDÉ DE BOÇO CÓ, 2024).

Na visão de Daniela Sandler, é principalmente nas periferias que a cultura atua como agente na produção da cidade. Como bairro inserido no Quilombo Urbano da Liberdade, a Fé em Deus se encontra em um contexto onde cultura e território são indissociáveis, e a luta por direitos muitas vezes se constroi a partir de seus agentes culturais.

O Terreiro de Iemanjá também já exerceu e continua exercendo um papel de espaço de mobilização social e de organização comunitária em diversas ocasiões, como na distribuição de cestas básicas na pandemia de Covid-19, na realização de reuniões e cadastro de moradores para o programa PAC Rio Anil, nos sopões realizados pelo Terreiro para a comunidade, nas oficinas de bordado e tambor de crioula. As questões sociais, territoriais, culturais e políticas da Fé em Deus são atravessadas e atravessam o Terreiro de Iemanjá. Ele é uma das portas para o bairro, dialogando com a cidade, com a Universidade, com o poder público e instituições. Suas ações, festas e sua própria existência no território “ativam e cultivam uma esfera pública: um campo de diálogo, encontro, conversa, proximidade física e cultural, e até mesmo conflito, pois tal proximidade não requer harmonia e consenso o tempo inteiro.” (SANDLER, 2019, p.110).

4.2 O TERREIRO E A COMUNIDADE

No processo de desenvolvimento deste trabalho monográfico, o próprio Terreiro de Iemanjá atua como um dispositivo para o diálogo sobre o território. As entrevistas realizadas possuem um roteiro básico, variando de acordo com a pessoa entrevistada e com o fluxo natural da conversa. As perguntas base são as seguintes:

- Quem é o/a entrevistado/a: onde nasceu? Onde mora? Com que trabalha?
- Como chegou ao Terreiro de Iemanjá e qual é a sua relação com ele?
- Qual a percepção sobre a evolução do bairro e as transformações que ocorreram nele ao longo do tempo?

- De que forma o bairro se relaciona com o terreiro e o terreiro se relaciona com o bairro?
- como o poder público intervém no bairro? Quais são as principais necessidades do bairro hoje?
- Como o terreiro participa das reivindicações sociais locais? Como você vê o papel do terreiro para além da dimensão religiosa?
- O fundador do Terreiro de Iemanjá, Jorge Itaci de Oliveira, tinha como princípio lutar contra a intolerância religiosa e educar a comunidade sobre as religiões de matriz africana a partir da visibilização do terreiro. Como isso se reproduz hoje? Quais são as atividades realizadas hoje com esse fim?

4.2.1 AS ENTREVISTAS

As pessoas entrevistadas foram sugeridas inicialmente por Ariadne Alcione Oliveira, filha de Jorge Itaci de Oliveira, fundador do Terreiro de Iemanjá. A primeira pessoa entrevistada foi Biné Gomes Abinokó, braço direito de Jorge e uma das pessoas responsáveis pelo Terreiro de Iemanjá hoje. Posteriormente, entrevistamos Raimunda Silva de Oliveira, mais conhecida como Dona Bidoca, moradora e responsável pela gestão do Terreiro, mãe de Ariadne e viúva de Jorge; Eglantine Cesária Silva de Sousa, conhecida como Mãe Dedé de Boço Có, atual Yalorixá do Terreiro; e vizinhas próximas apontadas por Dona Bidoca e Ariadne que tinham uma relação de longa data com o Terreiro: Dona Gracinha, Dona Mocinha e Maria de Lourdes.

fig. 9: Dona Gracinha



foto: Patrícia Adélia, 2024

Maria da Graça Teixeira, conhecida como Gracinha, nasceu em 1º de agosto de 1948 em São José de Ribamar. Mora no bairro há 52 anos, para onde se mudou para uma palafita construída pelo marido depois de se casarem. Hoje mora na casa ao lado do Terreiro de Iemanjá, na Travessa Fé em Deus. Sobre os marcos do bairro naquela época, ela lembra dos trilhos do trem e do boi de Laurentino. Dona Gracinha fala que o principal problema no bairro hoje é a mobilidade. Para pegar ônibus, ela precisa subir as escadarias na rua 1º de maio e ir para a Igreja da Nossa Senhora da Conceição, no Monte Castelo. Sua relação com o Terreiro se dá pela amizade com dona Bidoca e com Jorge. Quando fala do bairro, a chama de “minha velha Fé em Deus, do meu amigo Jorge”, e diz: “ele que era o mandão daqui, o poderoso, meu amigo Jorge. Todo mundo gostava dele, um cara culto, fez muito benefício por aqui, o Jorge.”

fig. 10: Escadaria da Rua Primeiro de Maio



foto: Patrícia Adélia, 2024

Dona Mocinha chegou em 1975 na Fé em Deus. Na época, ela não conhecia pessoalmente o terreiro, mas ouvia o programa de rádio de Jorge Itaci de Oliveira na Difusora FM, onde dava consultas aos ouvintes. Nas palavras de dona Mocinha, quando chegou “o bairro era uma buraqueira só, água não tinha. Era um sofrimento, quer dizer, a gente sofre até hoje, mas já foi pior”. O desmonte da estrada de ferro da Vitória também é citada por ela como uma das grandes transformações, com a

construção da Av Governador Luís Rocha, que substituiu uma barreira física existente por uma conexão do bairro com a cidade. Sobre a mobilização política no bairro, ela fala da falta de representatividade da associação de moradores, que descreve como “fantasma”. Não acha que há uma centralidade política, mas sente que a cultura é algo que mobiliza o bairro.

fig. 11 e 12: Foto de Dona Mocinha e de Maria de Lourdes



foto: Patrícia Adélia, 2024



foto: Patrícia Adélia, 2024

Maria de Lourdes Santos de Carvalho nasceu no Lira, e foi com 15 anos morar na casa de sua madrinha na Fé em Deus, que dançava no Terreiro. Desde então ela começou a frequentar a casa e a participar colocando as toalhas nas dançantes, cortando bolo e servindo as pessoas, ajudando nas festividades — mas o que Jorge sempre a requisitava, era para tocar o ferro, também chamado agogô, que no tambor de mina é tocado exclusivamente por mulheres. Parou de tocar o ferro por conta da idade e medo de que ele pudesse cair de suas mãos, mas continua frequentando o terreiro quando há festas.

fig. 13: Foto de Biné Gomes Abinokó



foto: Patrícia Adélia, 2024

Biné Gomes Abinokó é hoje um dos responsáveis do Terreiro de Iemanjá. Começou a frequentar o Terreiro na década de 80, mas foi em 1987 que entrou para a casa. Ele fala sobre as mudanças no bairro e o público do Terreiro, que foi mudando ao longo dos anos:

Antigamente, bem aqui na frente passava um trem. Hoje, 40 anos depois, são avenidas. Algumas pessoas foram envelhecendo e as famílias mudando pra outras áreas de outras comunidades. Daí foi que também o terreiro foi acolhendo todas as pessoas que batem a esta porta. Aí vem também o acolhimento daquelas pessoas que sempre precisaram de maior atenção, que muitas vezes são discriminadas.

Sobre a relação com a comunidade, Biné citou a atuação do Terreiro como ponto de cultura pelo nome “Tambores do Maranhão” e as oficinas e cursos que, segundo ele, atuam “potencializando tudo que a gente faz dentro do terreiro, mas também buscando a comunidade da Fé em Deus e toda a comunidade afro.” Os cursos voltados para pessoas de todas as idades, abrangem oficinas de tambor de mina, caixa do divino, ladainhas, tambor de crioula e oficinas de bordados. Para além disso, o terreiro também está aberto para a mobilização política e social da comunidade: “o terreiro é sempre muito aberto para reuniões, para lutarmos pelo espaço do direito dos povos de terreiro, lutar por políticas públicas para povos de

terreiro, editais para os terreiros então nós estamos sempre nessas discussões”. Biné fala também na entrevista sobre sua visão da evolução urbana da região da Liberdade.

Quando eu cheguei no terreiro tinha a estrada de ferro aqui, eu também sou desse tempo. Eu morava muito próximo do Matadouro Modelo que é naquele espaço lá do VIVA Liberdade. Ali era o matadouro, que é a escola, e daquela área pra lá tudo era mar e mangue. Quando eles começam a trabalhar essa questão do meio ambiente e tira esse espaço do matadouro, que era um espaço de trabalho que proporcionava para a própria comunidade emprego, muitas vezes temporário, mas gerava renda naquela época. Eles levam pra uma área rural, com uma outra estrutura, e começa os projetos via poder público, de aterro, aqueles projetos do PROMORAR, levando pra cada vez mais distante essa relação da natureza com a comunidade.

Raimunda Silva de Oliveira, dona Bidoca, tem 81 anos e nasceu no interior de Pinheiro, em um lugar chamado Pericumã. Aos 22 anos foi morar no Monte Castelo, perto da Fé em Deus, na av. Gov. Luís Rocha. Conheceu Jorge no interior, em uma visita que sua família fez à casa de um parente dela. Se casaram no mesmo ano, em novembro de 1972. Nessa época ela se muda para a casa de sua sogra, que abriga desde 1958 o Terreiro de Iemanjá, na Travessa Fé em Deus.

O bairro era muito pouca casa, muito pouca mesmo. Aqui defronte onde é o VIVA, era duas casas de duas senhoras bem velhinhas. Dona Elisa Santana e dona Zicó. Aquelas casas que o muro era todo de madeira, de varinha. Tudo antigo. A maré vinha quase até ali no final da rua. Pra lá quase não tinha casa. Aí depois o pessoal foi começou fazendo casa, aí foi aumentando, aumentando. Foi aumentando aos poucos.

Dona Bidoca é uma das grandes mobilizadoras do bairro, participou das discussões sobre o PAC Rio Anil, fez levantamentos das palafitas e suas reivindicações em relação às necessidades do bairro levaram a muitas mudanças efetivas, como a construção de uma creche pública. Sobre a atuação do terreiro para além da esfera religiosa, ela cita a atuação durante a pandemia, como ponto de testagem e vacinação e distribuição de cestas básicas para os moradores. Também já foram feitas outras campanhas de saúde, como de testes de doenças sexualmente transmissíveis e consultas para crianças e idosos.

fig. 14 e 15: Foto de Dona Bidoca e de Mãe Dedé de Boço Có



foto: Patrícia Adélia, 2024



foto: Patrícia Adélia, 2024

Eglantine Cesária Silva de Sousa, Mãe Dedé de Boço Có, nasceu em 25 de fevereiro de 1958, trabalha no hospital maternidade Marli Sarney como técnica em enfermagem, e hoje é Yalorishá do Terreiro de Iemanjá. Mora no Monte Castelo, mas já passou alguns anos morando no Terreiro de Iemanjá. Seu pai foi abatazeiro na época que o Terreiro funcionava no Calhau. Em 1977, aos 20 anos, foi pela primeira vez assistir um tambor de caboclo roxo e, quando chegou, incorporou. A partir deste momento começou seus primeiros fundamentos.

4.2.2 A CARTOGRAFIA

Partindo da ideia de elaborar uma cartografia do bairro da Fé em Deus que se insere no contexto citado de reescritura e redesenho do mundo, tendo o Terreiro de Iemanjá Ylê Ashe Yemowá Abê como centralidade e incluindo os integrantes do terreiro e moradores do bairro para a discussão sobre o território, foi proposta a realização de uma oficina de mapeamento participativo, possibilitando a feitura de

uma cartografia “elaborada pelos próprios grupos sociais que ela representa no mapa, um processo no qual membros de um determinado grupo registram quem são, onde e como vivem” (SANTOS, 2011, p.6). O planejamento inicial era de juntar todas as pessoas envolvidas no projeto para a construção de um mapa coletivo, unindo as contribuições em um só momento, mas a dificuldade de agenda dos participantes levou a escolha de realizar as atividades de mapeamento junto às entrevistas, como uma etapa posterior a elas.

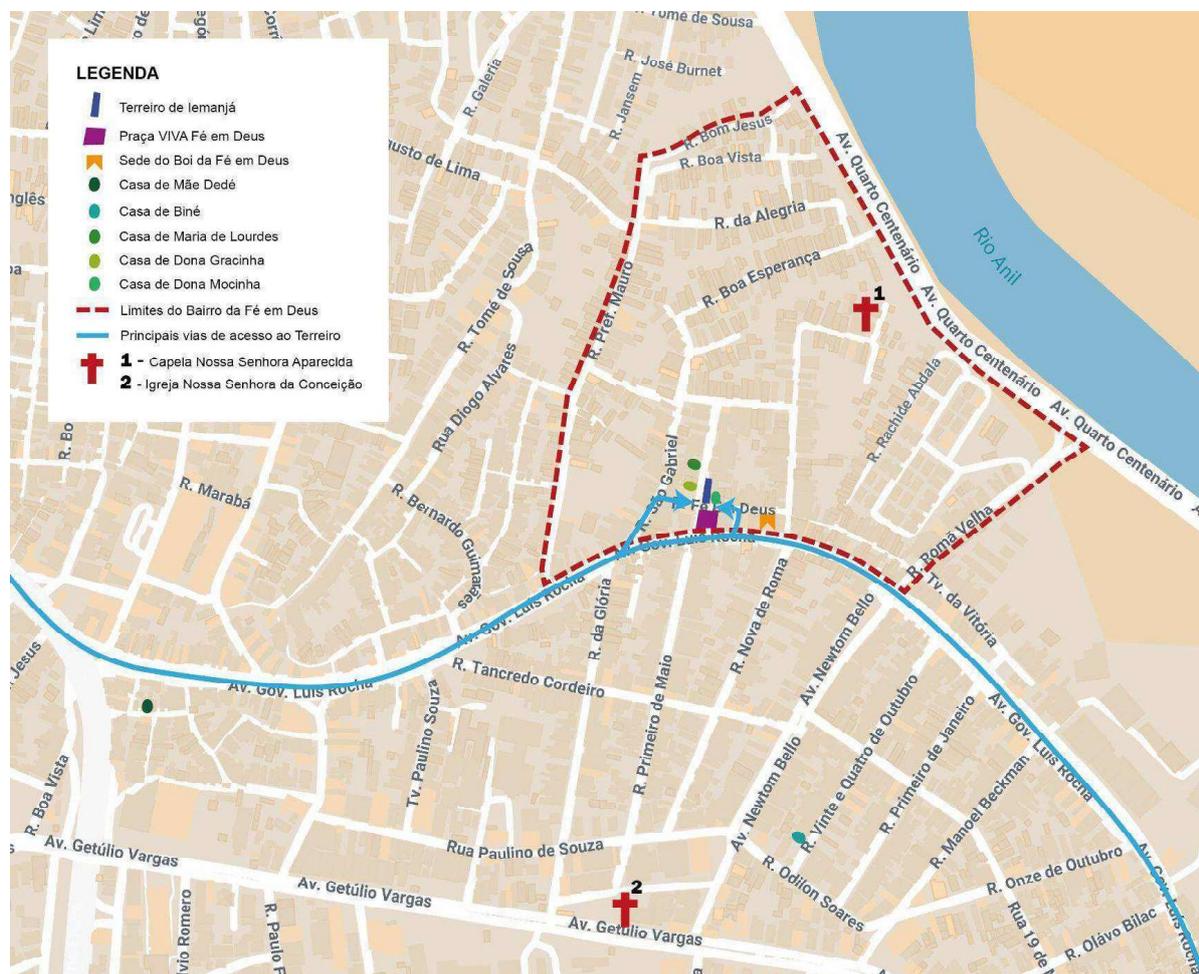
fig. 16: Mãe Dedé analisando o mapa



foto: Patrícia Adélia, 2024

A atividade consistiu em delimitar no mapa os limites percebidos do bairro, desconsiderando os limites oficiais, os principais acessos ao Terreiro, principais agentes culturais (pessoas ou instituições), marcos referenciais, a residência da pessoa entrevistada e os principais locais fora da Fé em Deus que tinham alguma relevância para o Terreiro de Iemanjá. Assim, juntando as contribuições dos participantes em um só mapa, surge o mapeamento aqui representado.

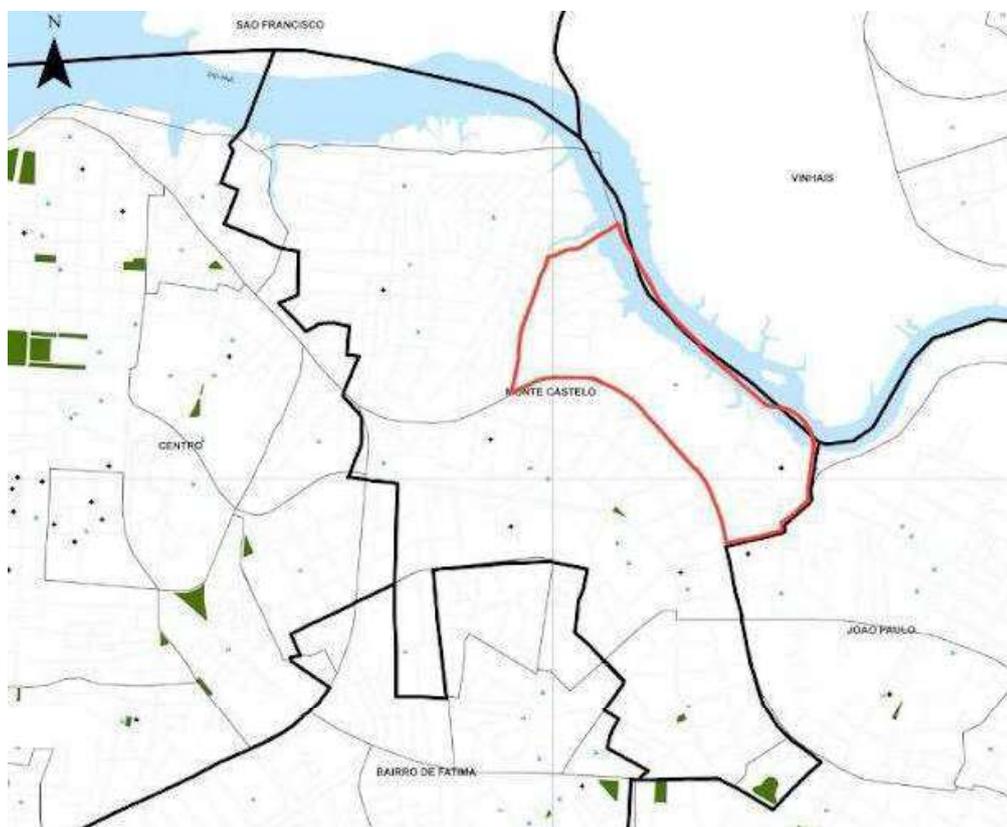
fig. 17: Cartografia participativa da Fé em Deus



base: Google Maps

Os limites do bairro descritos pelos moradores são diferentes dos que constam no zoneamento da cidade de São Luís. No mapa do Instituto da Cidade, Pesquisa, Planejamento Urbano e Rural (INCID), que consta na coletânea *São Luís em Dados*, elaborada em subsídio ao PPA 2014-2017 de São Luís, O bairro da Fé em Deus vai da Rua Tomé de Souza até o Hospital SARA. Para os moradores, o território do bairro é bem menor, indo da rua Prefeito Mauro até a rua Romã Velha.

fig. 18: Mapa do Distrito Monte Castelo. Em vermelho delimitação oficial do Bairro Fé em Deus.



fonte: Incid, 2013

O VIVA Fé em Deus, Praça localizada em frente ao Terreiro de Iemanjá, é visto pelos moradores como o principal ponto de referência do bairro. Mãe Dedé fala sobre o papel de Jorge Itaci de Oliveira na construção da praça:

“Quando eu cheguei aqui, em 77, aqui na frente era um chão vazio. Quando acontecia as festas, ele botava uma barraca que vendia cerveja, pra poder passar o tempo da festa. Aqui onde é a praça. Ele sempre teve amizade com políticos, e ele era amigo de Roseana (Sarney). Ela fez essa praça, que ela perguntou “o que que tu quer, Jorge?” – “eu quero uma praça pra minhas crianças brincarem”.”

Outro lugar que é uma grande referência no bairro citada em muitas entrevistas é o Boi da Fé em Deus, fundado por Mestre Laurentino em 1925, é uma das grandes centralidades culturais do bairro, junto ao Terreiro de Iemanjá. Segundo Mãe Dedé,

“Muito antigo, do tempo de Laurentino. Também tem suas atividades, não é parado. Eles fazem oficinas tambor de crioula, de bumba boi, de cantoria. É todo tempo em movimento. O filho dele (Laurentino) Baé, que é mestre, tem a Taina que também é filha de santo daqui, que também é Mestra da Cultura. A cultura dentro da Fé em Deus é o tempo todo em movimento, quando não é o Boi da Fé em Deus, é o Terreiro de Iemanjá.”

fig. 19: Mural com retrato de Mestre Laurentino na fachada do Boi da Fé em Deus



fonte: autoral

Segundo Dona Bidoca, a Capela de Nossa Senhora Aparecida e a Igreja Nossa Senhora da Conceição são dois templos católicos das redondezas que se relacionam com as festas realizadas pelo Terreiro de Iemanjá. No dia 8 de dezembro, dia da festa de Iemanjá, se vai à missa na Igreja Nossa Senhora da Conceição, depois ao terreiro e à praia da Ponta d'Areia. No festejo de Nossa Senhora Aparecida, a imagem da santa sai da Capela e vai até o terreiro, onde é

preparado seu andor no Terreiro de Iemanjá e, no dia 11/10 é realizada uma missa na praça VIVA Fé em Deus, no dia 11/10.

O mapa foi criado a partir das contribuições de Biné, Mãe Dedé, Dona Bidoca, Dona Mocinha, Gracinha e Maria de Lourdes é apenas um ponto de partida para a reflexão sobre o território, sendo insuficiente para compreender todas as dimensões que o atravessam e que contribuem para sua construção.

O registro audiovisual entra como uma complementação dessa cartografia, uma forma de contemplar a oralidade e a corporeidade dentro da construção de uma narrativa sobre o território. As filmagens das entrevistas e dos trajetos percorridos entre elas, do bairro da Fé em Deus em movimento, em sons, em experiência visual e sonora, cumprem esse papel.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“O terreiro é comunidade! Tanto a comunidade interna, que são os filhos, serventes e abatazeiros, como a comunidade externa. Quando ele (Jorge) implantou o terreiro aqui, ele botou a comunidade junto com ele. Aqui nós fazemos festa que a comunidade nos ajuda.”

Mãe Dedé de Boço Có, 2024

O terreiro é comunidade! — afirma Mãe Dedé. Muito além desse espaço físico-simbólico-cultural, o Terreiro é uma experiência de construção coletiva de sentido de mundo e sentido coletivo (SIMAS, 2022). Luiz Antônio Simas (2022) fala do conceito de cultura de frestas que, no muro de exclusões que ergue o Brasil, as culturas de ruas, e portanto a cultura de terreiro, “são aquelas que operam nos espaços entre os vãos da institucionalidade e vão construindo os seus sentidos de mundo aí”.

O trabalho monográfico comprova, a partir dos relatos coletados, da atuação do Terreiro de Iemanjá e de toda sua trajetória ao longo dos anos, que a dimensão territorial da cultura é um fator estruturante do bairro da Fé em Deus. A partir das entrevistas com moradores e com integrantes do Terreiro, conseguimos entender a cultura através do Terreiro de Iemanjá como uma centralidade e uma das principais forças mobilizadoras de construção de território na Fé em Deus e luta por direitos dos seus moradores.

O Terreiro de Iemanjá exerce um papel de espaço de mobilização social, de organização comunitária e um papel político através de trabalhos sociais. A atuação em processos relacionados à modificações urbanas no território mostra seu compromisso com a população e sua importância no território.

“As vivências da comunidade (de terreiro) estão lastreadas em princípios e valores humanos que consideram a vida, o corpo e a ancestralidade na interdependência entre o ser e o que pode ser considerado vida no planeta e tudo que se move como uma teia dinâmica em todas as direções.”
(MACHADO, 2019)

Tais princípios e valores, no caso do bairro da Fé em Deus, e também de todo o Quilombo Urbano da Liberdade, se reproduzem para além dos povos de terreiro. A vivência como parte de um quilombo urbano e o papel central dos terreiros dentro dele atestam a cultura das religiões de matriz africana como produtora de territórios, de cidade, de espaços públicos democráticos e da efetivação de direitos que por muito tempo lhes foram negados.

A oralidade é por natureza fluída e fragmentada, e nessa natureza encontramos os limites e dificuldades para a completude dessa pesquisa. Sentimos, a cada entrevista, que o ritmo do cotidiano e da memória nos exigia mais tempo de conversa, e mais personagens, tanto para uma cartografia participativa mais fundamentada e diversa, quanto para a realização do documentário curta-metragem com a reunião das entrevistas com os moradores e integrantes do Terreiro.

Fica o desejo e compromisso de continuidade dessa pesquisa com a expansão das entrevistas para outros moradores e filhos da casa e conclusão do curta documentário. Como possibilidade de desdobramento deste trabalho, apresenta-se a ideia de extensão a outros pontos de cultura do bairro da Fé em Deus, como o Boi da Fé em Deus, à semelhança do que foi feito com o Terreiro de Iemanjá neste trabalho.

Assim, termino com um convite de Biné Gomes Abinokó:

“O Terreiro de Iemanjá está sempre de portas abertas, para todos, a comunidade da fé em deus, para a comunidade afro, para o povo do maranhão, do brasil, para os estudantes, pesquisadores, que possam vir ao terreiro de iemanjá, se sintam acolhidos. E já estou convidando vocês, e todos que terão acesso a essas informações a essa pesquisa, que visitem o terreiro de iemanjá” (BINÉ GOMES ABINOKO, 2024).

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, H.; VIEGAS, R. N. (2013) **Cartografias Sociais e Território – um diálogo latino americano**. In Acserald, H. (Org). Cartografia Social, terra e território. Rio de Janeiro: UFRJ, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional. 15-40.

ASSUNÇÃO, Ana Valéria Lucena Lima. **“Quilombo Urbano”, Liberdade, Camboa e Fé em Deus**: identidade, festas, mobilização política e visibilidade na cidade de São Luís, Maranhão. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia, Universidade Estadual do Maranhão, 2017. Disponível em: <https://repositorio.uema.br/handle/123456789/762>. Acesso em: 22/07/2023.

BINÉ GOMES ABINOKÓ. **Tambor de Mina no Maranhão: Biografia**. Revista Plural, n. 2, fevereiro de 2012, pp. 8-10. Instituto Gaia, São Luís, Maranhão. Disponível em: <https://www.calameo.com/books/0010590122dfb11639f7d>. Acesso em: 10/12/2023.

CANÇADO, Wellington; MARQUEZ, Renata (Orgs.). **Atlas Ambulante**. Belo Horizonte, Ed. Instituto Cidades Criativas e PISEAGRAMA, 2011.

DOS SANTOS, Renato Emerson. **Ativismos cartográficos: notas sobre formas e usos da representação espacial e jogos de poder**. Revista Geográfica de América Central, vol. 2, julio-diciembre, 2011, pp. 1-17. Universidad Nacional Heredia, Costa Rica. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4517/451744820262.pdf>. Acesso em: 15/12/2023.

FERRETTI, Sergio. **A terra dos Voduns**. In: Enciclopédia da Amazônia. São Luís, 2006. Disponível em: <https://pdfcoffee.com/a-terra-dos-voduns-pdf-free.html>. Acesso em: 15/02/2024.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

INCID. **São Luís em dados: PPA 2014-2017**. Prefeitura de São Luís, Secretaria de Planejamento SEPLAN, 2013.

LINS, Consuelo. O filme-dispositivo no documentário brasileiro contemporâneo. In: **Sobre fazer documentários** / Vários autores – São Paulo : Itáu Cultural, 2007, p.44-51.

MACHADO, Vanda. **TERREIROS: UMA EXPRESSÃO ANCESTRAL**. Revista Eletrônica: Tempo - Técnica - Território, v.10, n.1, p. 141:154, 2019.

MARICATO, Ermínia. **Para Entender a Crise Urbana**.1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

NASCIMENTO, Abdias. **O quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista**. 2. ed. Brasília / Rio de Janeiro: Fundação Palmares / OR Editor Produtor, 2002, p. 269-274. Disponível em: <<https://estudosetnicosraciaisufabc.files.wordpress.com/2016/02/09-b-nascimento-o-quilombismo-pag-1-280-1.pdf>> . Acesso em: 16/01/2024.

RISLER, Julia; ARES, Pablo. **Manual de mapeo colectivo: recursos cartográficos críticos para procesos territoriales de creación colaborativa** /Julia Risler y Pablo Ares. - 1a ed. - Buenos Aires : Tinta Limón, 2013.

ROLNIK, Raquel. **Lei de Fomento à Periferia de SP inova ao reconhecer a dimensão territorial da cultura**. Blog da Raquel Rolnik - Wordpress, São Paulo, 04/08/2016. Disponível em: <<https://raquelrolnik.wordpress.com/2016/08/04/lei-de-fomento-a-periferia-de-sp-inova-ao-reconhecer-a-dimensao-territorial-da-cultura/#:~:text=to%20primary%20content-.Lei%20de%20Fomento%20%C3%A0%20Periferia%20de%20SP%20inova%20ao%20reconhecer,%20feira%2C%203%2F8>> Acesso em: 10/01/2024.

SANDLER, Daniela. **A cultura como urbanismo, ou a dimensão territorial da cultura.** *arq.Urb*, (23), 2019, p. 95–116. Disponível em: <<https://revistaarqurb.com.br/arqurb/article/view/41>>. Acesso em: 22/07/2023.

SANTOS, Sunshine Cristina de Castro Reis; Rabelo, Alex Matos; MARTINS, Jaquileude Araújo. **QUILOMBO URBANO LIBERDADE: Imagens em disputas.** Anais do XII COPENE, 2022. Disponível em: <https://www.copene2022.abpn.org.br/arquivo/downloadpublic?q=YToyOntzOjY6InBhcmFtcyl7czozNToiYToxOntzOjEwOiJJRF9BUlFVSzZPIjtzOjQ6IjYzNTYiO30iO3M6MTwiaCI7czozMjoiMDZiZTc0ZGIwMDVjMTA4NWYzMjZhOWI5MGM5MmE5MzMzMiO30%3D%20Dype%20Solu%E7%F5es>. Acesso em: 16/01/2024.

SILVA, Joana Barbosa Vieira da. **Tudo isso era maré: origens, consolidação e erradicação de uma favela de palafitas em São Luís do Maranhão.** Dissertação apresentada ao programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/MMMD-AJJKW4>. Acesso em: 22/07/2023.

SIMAS, Luiz Antônio. **O papel transgressor da cultura da rua e da festa como meio de reencantar o mundo.** República do Amanhã. YouTube, 3 de mai. 2022. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=QnMDIUqXU5k>>

SODRÉ, Muniz. **O terreiro e a cidade - a forma social negro-brasileira.** Rio de Janeiro: Imago Ed.; Salvador, BA: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 2002.

SODRÉ, Muniz A. C. **Pensar nagô.** Rio de Janeiro: Vozes, 2017.

WALDHEIM, Charles. **Landscape as Urbanism: A General Theory.** Princeton: Princeton University Press, 2016.